

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO n.º MPMG 34.16.0024.0236096.2025-97

RESOLUÇÃO PTFBH Nº 17/2025

O **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, por intermédio da Promotoria de Justiça Especializada no Velamento das Fundações Privadas de Belo Horizonte, e na forma preceituada pela Resolução CNMP n.º 300/2024 e Resolução PGJ n.º 10/2025;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 66, *caput*, do Código Civil, incumbe ao Ministério Público velar pelas fundações, resguardando-lhes a higidez patrimonial e finalística;

CONSIDERANDO o requerimento encaminhado ao Ministério Público pelo Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG manifestando interesse na constituição de uma Fundação de Apoio vinculada à estrutura da Instituição Federal.;

CONSIDERANDO que o requerimento para exame preliminar dos atos de instituição da **Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – FAPIFMG** foi instruído com os documentos necessários previstos na Resolução PGJ n.º 10/2025;

CONSIDERANDO que as finalidades conferidas à **Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – FAPIFMG** amoldam-se ao previsto no artigo 62 do Código Civil;

CONSIDERANDO que a Fundação será dotada com patrimônio inicial constituído por bens móveis no valor de R\$ 58.638,30 (cinquenta e oito mil,

seiscentos e trinta e oito reais e trinta centavos), e a quantia em espécie de R\$ 19.703,63 (dezenove mil, setecentos e três reais e sessenta e três centavos);

CONSIDERANDO que da análise do estudo de viabilidade operacional, financeira e econômica para a criação e operacionalização da Fundação de Apoio ao IFMG, concluiu a assessoria contábil do Ministério Público pela viabilidade financeira da entidade;

CONSIDERANDO, por fim, preenchidos os requisitos aplicáveis à espécie;

Este Órgão de Execução do **Ministério Público do Estado de Minas Gerais** **RESOLVE AUTORIZAR** a lavratura de escritura pública de instituição da **Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – FAPIFMG**, com fulcro no artigo 10, inciso III, da Resolução PGJ n.º 10/2025 e artigo 10, inciso III, da Resolução CNMP n.º 300/2024.

Na oportunidade, **REQUISITA** ao instituidor que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe se foi cumprida a diligência supra, submetendo o instrumento, em caso afirmativo, à análise do Ministério Público.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2025.

Cláudia Ferreira Pacheco de Freitas

Promotora de Justiça

21ª Promotoria de Justiça da capital – Especializada no Velamento das Fundações de
Direito Privado de Belo Horizonte.

**MANIFESTO DE
ASSINATURA**



ASSINADO ELETRONICAMENTE POR:

CLAUDIA FERREIRA PACHECO DE FREITAS, Promotora de Justiça, em
15/09/2025, às 10:29

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

756DD-1D3E6-C758E-C35C1

Para verificar as assinaturas leia o QR code abaixo ou
acesse

<https://mpe.mpmg.mp.br/validar>

